



## RELATÓRIO DE CONCLUSÕES DE AUDITORIA

Exmo.(s) Sr.(s)  
Presidente da Câmara  
Membros do Órgão Executivo  
Membros da Assembleia-Municipal

Exmos. Senhores,

1. O presente relatório é emitido com base nas Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
2. Procedemos à revisão legal das contas do **Município de Mira** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as ISA e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 27 de abril de 2026.
3. De acordo com os artigos 76.º e 77.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, compete ao Revisor Oficial de Contas:
  - 3.1. A emissão da Certificação Legal das Contas;
  - 3.2. A emissão da Certificação Legal das Contas Consolidadas;
  - 3.3. A verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
  - 3.4. Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considerem reveladores de graves dificuldades financeiras na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;
  - 3.5. Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
  - 3.6. Remeter semestralmente aos órgãos executivos e deliberativo informação sobre a situação económica e financeira;



**4. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, os seguintes:**

**4.1.** Acompanhamento da gestão do município, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;

**4.2.** Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo município e que se encontram divulgadas no anexo;

**4.3.** Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;

**4.4.** Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e da extensão dos procedimentos de revisão/auditoria;

**4.5.** Emissão do relatório semestral, conforme disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro;

**4.6.** Realização dos seguintes testes substantivos, que consideramos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

- a) Verificação dos bens imóveis descritos. Comparação dos valores descritos no sector do património com os valores constantes na contabilidade;
- b) Observação das listas de inventariação física de existências e sua valorização, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução;
- c) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros devedores e credores) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo município; nos casos em que não foi obtida resposta efetuámos os procedimentos alternativos que consideramos necessários;
- d) Análise e teste às reconciliações bancárias preparadas pelo município;
- e) Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- f) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à segurança social, caixa geral de aposentações e da ADSE;



- g) Análise e teste dos vários elementos de custos, de proveitos, de perdas e ganhos contabilizados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
- h) Análise do orçamento e verificação do respetivo grau de execução orçamental;
- i) Apreciação da política de seguros do imobilizado, incluindo a atualização dos capitais seguros;
- j) Outros testes considerados relevantes.

#### 4.7. Solicitação da declaração do órgão executivo.

- 5. Em consequência do trabalho efetuado entendemos dever relatar alguns aspetos que, por não terem materialidade, isoladamente ou em conjunto, não foram incluídos na Certificação Legal das Contas. Entendemos ainda dever relatar, dada a sua relevância e significado, alguns aspetos de controlo interno, de contabilidade e/ou de informação de gestão em uso ou outros, que poderão ser objeto de melhoria.
- 6. Finalmente cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do órgão executivo e que verificamos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.
- 7. Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do município.



## I. Introdução

1. O Município de Mira, adiante designado de município, encontra-se registado no Registo Nacional de Pessoas coletivas sob o número 506 724 530.
2. A sede do Município está localizada na Praça da República, 3070-304 Mira.
3. O objetivo estratégico do município passa pela promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e da participação dos cidadãos. Para a prossecução destes objetivos a sua atividade baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas na lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.
4. Em 31 de dezembro de 2025, o município contava com 278 trabalhadores, sendo a contabilidade processada e supervisionada por técnico pertencente aos quadros do município.
5. Os membros do órgão executivo são assim compostos:

CARGO	TITULAR
Presidente	Artur Jorge Ribeiro Fresco
Vice-Presidente	Tiago Daniel Castro da Cruz
Vereador	Francisco Daniel Soares Reigota
Vereadora	Maria do Rosário Monteiro Palmela
Vereador	Sara Margarida Damas Milheirão
Vereador	António José Domingues Gonçalves
Vereadora	Bruno Calisto da Silva Maduro

## 6. Legislação específica:

- Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais;
- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.



## II. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam derrogações às disposições do SNC-AP.

### **Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento**

Bens com substância física que são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços e se espera que sejam usados num período superior a um ano económico;

São mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui o preço de compra que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais e os gastos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado, como gastos adicionais com a adaptação das máquinas e de instalações. Porém, alguns bens imóveis foram mensurados pelo valor patrimonial tributário;

Um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo, acrescido pelas grandes reparações e deduzido pela depreciação acumulada e perda de imparidade acumulada, se aplicável;

A vida útil é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade física esperada, o desgaste físico esperado (programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo), a obsolescência técnica e comercial e os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo. A vida útil utilizada é a constante no Classificador Complementar 2;

O bem é depreciado ao longo da sua vida útil e o método utilizado é o das quotas constantes;

Um bem é desreconhecido na data de alienação e quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

### **Ativos intangíveis**

Ativo intangível é um ativo não monetário, identificável, sem substância física e provável beneficiar do potencial de serviço num período superior a um ano;

É mensurado inicialmente pelo custo e subsequente é o seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada;



A vida útil é determinada tendo em conta o uso esperado do ativo pela entidade e se o ativo pode ser gerido com eficiência por outra equipa de gestão; a obsolescência técnica, tecnológica e comercial; o período de controlo sobre o ativo e limites legais ou contratuais sobre o uso do ativo. A taxa média utilizada para os intangíveis é de 33,33%;

O bem é depreciado ao longo da sua vida útil e o método utilizado é o das quotas constantes;

Um bem é desreconhecido na data de alienação e quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

### Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

### Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

### Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

### Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O Município não adota o sistema de inventário permanente.



### III. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

#### Notas às contas do Balanço

As demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2025, encontram-se nos anexos I e II do presente relatório. Os valores estão expressos em euros

#### Ativo

##### Ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, no corrente exercício, foram os seguintes:

##### Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	753 062,21	712 127,22	0,00	40 934,99	852 602,67	757 443,77	0,00	95 158,90
Programas de computador e sistemas de informação Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>753 062,21</b>	<b>712 127,22</b>	<b>0,00</b>	<b>40 934,99</b>	<b>852 602,67</b>	<b>757 443,77</b>	<b>0,00</b>	<b>95 158,90</b>

##### Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revalorização	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	40 934,99	99 540,46	0,00	0,00	0,00	0,00	-45 316,55	0,00	95 158,90
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>40 934,99</b>	<b>99 540,46</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-45 316,55</b>	<b>0,00</b>	<b>95 158,90</b>

No que se refere à aquisição dos bens dos Ativos Intangíveis destaca-se o sistema de avaliação de desempenho e software de segurança.



## Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo. O gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações. Em 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

### Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	4 540 595,54	0,00	0,00	4 540 595,54	5 171 464,82	0,00	0,00	5 171 464,82
Edifícios e outras construções	2 794 139,78	1 691 475,40	0,00	1 102 664,38	3 144 306,45	2 033 054,69	0,00	1 111 251,76
Infraestruturas	26 063 485,08	14 516 146,89	0,00	11 547 338,19	28 180 501,43	15 818 381,00	0,00	12 362 120,43
Património histórico, artístico e cultural	18 550,00	0,00	0,00	18 550,00	47 965,00	2 093,50	0,00	45 871,50
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	1 709 458,09	0,00	0,00	1 709 458,09	1 016 873,48	0,00	0,00	1 016 873,48
	35 126 228,49	16 207 622,29	0,00	18 918 606,20	37 561 111,18	17 853 529,19	0,00	19 707 581,99
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	76 410 155,73	0	0,00	76 410 155,73	75 873 709,09	0,00	0,00	75 873 709,09
Edifícios e outras construções	26 687 043,57	8 293 561,77	0,00	18 393 481,80	29 028 716,33	8 796 856,79	0,00	20 231 859,54
Equipamento básico	2 479 086,77	2 047 630,30	0,00	431 456,47	2 618 247,35	2 179 368,04	0,00	438 879,31
Equipamento de transporte	1 805 729,65	1 261 575,25	0,00	544 154,40	1 830 654,08	1 296 991,92	0,00	533 662,16
Equipamento administrativo	1 537 239,38	1 367 979,02	0,00	169 260,36	1 530 949,97	1 395 532,56	0,00	135 417,41
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1 177 395,80	621 133,17	0,00	556 262,63	1 188 283,38	722 149,45	0,00	466 133,93
Ativos fixos tangíveis em curso	1 572 423,11	0,00	0,00	1 572 423,11	1 411 115,19	0,00	0,00	1 411 115,19
	111 669 074,01	13 591 879,51	0,00	98 077 194,50	113 481 675,39	14 390 898,76	0,00	99 090 776,63
<b>TOTAL</b>	<b>146 795 302,50</b>	<b>29 799 501,80</b>	<b>0,00</b>	<b>116 995 800,70</b>	<b>151 042 786,57</b>	<b>32 244 427,95</b>	<b>0,00</b>	<b>118 798 358,62</b>

### Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>									
Terrenos e recursos naturais	4 540 595,54	97 690,04	533 179,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 171 464,82
Edifícios e outras construções	1 102 664,38	4 192,66	345 974,01	0,00	0,00	0,00	-341 579,29	0,00	1 111 251,76
Infraestruturas	11 547 338,19	40 930,43	2 076 085,92	0,00	0,00	0,00	-1 302 234,11	0,00	12 362 120,43
Património histórico, artístico e cultural	18 550,00	8 480,00	20 935,00	0,00	0,00	0,00	-2 093,50	0,00	45 871,50
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	1 709 458,09	1 413 763,48	-2 106 348,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 016 873,48
	18 918 606,20	1 565 056,61	869 826,08	0,00	0,00	0,00	-1 645 906,90	0,00	19 707 581,99
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>									
Terrenos e recursos naturais	76 410 155,73	7 600,00	-533 179,24	0,00	0,00	0,00	0,00	-10 667,40	75 873 709,09
Edifícios e outras construções	18 393 481,80	286 188,80	2 055 483,96	0,00	0,00	0,00	-503 295,02	0,00	20 231 859,54
Equipamento básico	431 456,47	139 160,58	0,00	0,00	0,00	0,00	-131 737,74	0,00	438 879,31
Equipamento de transporte	544 154,40	193 537,67	0,00	0,00	0,00	0,00	-35 416,67	-168 613,24	533 662,16
Equipamento administrativo	169 260,36	66 569,34	0,00	0,00	0,00	0,00	-27 553,54	-72 858,75	135 417,41
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	556 262,63	10 887,58	0,00	0,00	0,00	0,00	-101 016,28	0,00	466 133,93
Ativos fixos tangíveis em curso	1 572 423,11	2 389 948,47	-2 551 256,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 411 115,19
	98 077 194,50	3 093 892,44	-1 028 951,67	0,00	0,00	0,00	-799 019,25	-252 339,39	99 090 776,63
<b>TOTAL</b>	<b>116 995 800,70</b>	<b>4 658 949,05</b>	<b>-159 125,59</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-2 444 926,15</b>	<b>-252 339,39</b>	<b>118 798 358,62</b>



As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Dos testes efetuados às depreciações e amortizações do exercício, verificámos que os valores foram calculados de acordo com as taxas previstas no CC2. Na nota 5.4 do Anexo, existem bens móveis incluídos no inventário, mas valorizados a custo zero.

Efetuamos o cruzamento entre os valores registados na contabilidade e os valores evidenciados nos mapas do património do Município não tendo sido detetada qualquer diferença.

De referir que as aquisições de imobilizado efetuado no exercício de 2025 se encontram devidamente autorizadas, tendo sido seguido o estipulado no manual de controlo interno. Destaca-se a aquisição de: terreno para prolongamento da Avenida Arrais Batista Cera, requalificação do Bairro do Areeiro, recuperação de Rede Viária, requalificação do cruzamento em Corticeiro de Baixo, ampliação/remodelação das infraestruturas da Zona Industrial Polo I, obras de saneamento de diversas ruas, pavilhão de apoio ao Columbódromo Internacional Gaspar Vilanova, viatura Peugeot Partner BI-09-GG, viatura Volvo c/ rampa hidráulica na reguarda 80-HC-31, viatura Nissan NT400 - Tribasculante c/carroçaria metal 35-TA-02, viatura Goupil G4 ligeira elétrica e recolha bio resíduos BV-62-MA.

Não nos foi possível confirmar o registo predial da titularidade de 85 imóveis que integram o Ativo Fixo Tangíveis. Tal facto não influencia o reconhecimento e mensuração dos mesmos nas demonstrações financeiras.

O Município tem em vigor o acordo de concessão para o contrato de distribuição em baixa com a E-Redes - Distribuição de Eletricidade, S.A., designadamente quanto à aplicação do Modelo de Atribuição de um direito ao concessionário, relativamente a novos ativos de concessão de serviços desenvolvidos pelo concessionário. No âmbito deste contrato foram entregues à exploração da concessionária os ativos fixos tangíveis exclusivamente afetos às atividades concessionadas, recebendo em troca rendas de concessão, no montante de 521.535,42€ em 2025.

Após solicitação, o Município obteve informação referente ao ano de 2024 por parte da Concessionária relativamente aos ativos fixos tangíveis exclusivamente afetos às atividades concessionadas, no entanto não procedeu aos respetivos registos contabilísticos, conforme previsto na NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços.

### Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.



De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Variações: modelo do custo

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revalorização	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e Recursos Naturais	1 392 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 392 000,00
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	159 125,59	-7 956,28	0,00	0,00	0,00	0,00	151 169,31
Outras PI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PI em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1 392 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>159 125,59</b>	<b>-7 956,28</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 543 169,31</b>

A transferência interna no valor de 159 milhares de euros refere-se às habitações e edificações para serviços.

### Instrumentos financeiros

O detalhe da rubrica Participações Financeiras e Outros Ativos Financeiros é o seguinte:

As participações financeiras detidas pelo Município à data de 31 de dezembro de 2025 estão mensuradas pelo seu custo (MC) e pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP). O saldo no balanço corresponde às seguintes participações:

Empresa	Valor da Participação	%	Método Aplicado
<b>Investimentos financeiros</b>			
<b>Investimentos em entidades controladas</b>			
<b>Participações de capital - MEP</b>			
ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A	3 054 398,67	33,33%	Método de Equivalência Patrimonial
Associação Incubadora Beira Atlântico Parque	1 505 608,09	89,29%	Método de Equivalência Patrimonial
<b>Participações de capital - Outros</b>			
AdCL-Águas do Centro Litoral,SA (Simria - Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S.A)	80 330,00	0,20%	Método Custo
Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, S.A	23 905,00	0,59%	Método Custo
<b>Investimentos noutras entidades</b>			
<b>Participações de capital</b>			
FAM - Fundo de Apoio Municipal	319 257,00		
<b>Total</b>	<b>4 983 498,76</b>		

O município contabiliza as participações de capital igual ou superior a 20% segundo o método de equivalência patrimonial e ao método do custo as participações inferiores a 20%, originado no presente ano uma variação de 37 milhares de euros.

### Inventário

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2025 – custo médio ponderado.



De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários:

Inventário	31/12/2025	31/12/2024
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-primas	0,00	0,00
Peças e outros materiais de manutenção	0,00	0,00
Outros materiais diversos de consumo	14 505,88	14 505,88
Reclassificação e regularização de inventários e ativos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>14 505,88</b>	<b>14 505,88</b>

O saldo de balanço respeita a outros materiais diversos de consumo, em armazém à data de 31 de dezembro de 2025.

O Município não tem implementado o sistema de inventário permanente para controlo das existências, contabilizando as aquisições das existências como gasto do exercício independentemente do seu consumo. Este incorreto procedimento, aliado ao facto de não ter sido efetuada uma adequada contagem às existências, constitui uma limitação ao nosso trabalho, pelo que não nos podemos pronunciar sobre a valorização da rubrica de existências e sobre o CMVMC. No final do ano de 2019, verificou-se que o Município intentou procedimentos para que no ano de 2020, o sistema de inventário permanente fosse implementado, no entanto este ainda não se encontra a funcionar. Recomendamos que a política utilizada em armazém seja revista e que a gestão do stock seja feita com aplicação informática de armazéns.

### Cientes, contribuintes e utentes

À data de 31 de dezembro de 2025 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Cientes, contribuintes e utentes	31/12/2025	31/12/2024
Cientes c/c	179 960,42	152 087,41
Contribuintes c/c	0,00	0,00
Utentes c/c	44 545,91	36 363,86
Cientes/Utentes/Cont. Cob. Duv.	80 961,00	74 807,01
Perdas por imparidade acumuladas	-80 961,00	-74 807,01
<b>Total</b>	<b>224 506,33</b>	<b>188 451,27</b>

Dado que os utentes são particulares, apenas foi realizada a circularização a uma entidade correspondendo a 19,10% do saldo, cujo a resposta não foi obtida. Foi realizado procedimento alternativo que se revelou satisfatório.

No cálculo das imparidades dos clientes a NCP 9 "Imparidades de Ativos" nada menciona. Por isto, foi aplicado a fórmula inscrita no Ponto 2.7.1 do POCAL, ou seja, 50 p.p. para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses e 100 p.p. para dívidas em mora há mais de 12 meses. Esta aplicabilidade justifica-se pelo artigo 13.º do SNC-AP que retrata a integração de lacunas.



## Estado e outros entes públicos

À data de 31 de dezembro de 2025, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Estado e O. E. Públicos	31/12/2025	31/12/2024
Retenção de Imp. s/Rend	-769,70	-14,84
Imposto s/ Valor Acrescentado	31 938,05	62 301,90
Contribuições para sistemas de proteção social e subsídios	-129 351,67	-113 855,79
<b>Total</b>	<b>-98 183,32</b>	<b>-51 568,73</b>

O saldo evidenciado na rubrica de "Retenção s/ Rendimento", diz respeito às contribuições de dezembro, que são liquidadas em janeiro de 2026.

O saldo da rubrica "Imposto sobre o valor a Acrescentado" respeita a um valor a recuperar, no montante de 31.938,05 euros, referentes ao mês de dezembro.

O saldo da rubrica "Contribuições para a S.S. e C.G.A evidencia o valor em dívida referente às contribuições do mês de dezembro, que foram liquidadas em janeiro de 2026.

Em relação aos restantes impostos verificámos que, mensalmente, foram efetuadas as entregas dos valores retidos, dentro dos prazos legais, relativos às retenções na fonte sobre rendimentos de trabalho dependente e independente, os descontos para a segurança social e aos valores respeitantes aos restantes impostos e outras tributações.

## Outras contas a receber e a pagar

À data de 31 de dezembro de 2025, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Outras contas a receber e a pagar	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de investimentos	-949 777,67	-980 341,68
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	1 769 831,73	1 775 352,66
Cauções	-959 431,69	-938 011,87
Outros devedores	686 353,12	426 328,12
Outros credores	-62 090,47	-47 340,03
<b>Total</b>	<b>484 885,02</b>	<b>235 987,20</b>

Efetuámos a circularização dos saldos de fornecedores de investimento à data de 31 de dezembro de 2025, selecionando 68,27% do saldo (corresponde a 16 fornecedores de investimento), tendo-se obtido a resposta de 10,410% do saldo selecionado, correspondendo a 4 fornecedores de investimento. Em relação aos pedidos que não obtivemos resposta foram efetuados procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.



Outras contas a receber e a pagar	31/12/2025	31/12/2024
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)		
Impostos e taxas imputados ao período	2 916 596,27	2 837 394,58
Devedores por acréscimos de rendimentos	5 939,09	4 157,38
Credores por acréscimos de gastos	-1 152 703,63	-1 066 199,30
	<b>1 769 831,73</b>	<b>1 775 352,66</b>

Na rubrica de impostos e taxas imputados ao período, salientamos a estimativa do IMI de 1.934 milhares de euros, no que se refere ao IMT o valor de 79 milhares de euros e 623 milhares de euros referentes à participação de IRS. Estes montantes referem-se a valores do ano de 2025, que só irão ser recebidos em 2026. A salientar o montante de 247 milhares de euros da participação dos municípios na receita de IVA referente ao Orçamento de Estado de 2025 e referente ao Orçamento de Estado de 2026, cumprindo-se assim o princípio da especialização do exercício. No que se refere aos custos diferidos salientamos a especialização dos seguros. Dos testes efetuados concluímos que os valores apurados são adequados.

Do valor evidenciado na rubrica de credores por acréscimo de gastos, salientamos o montante de 925 milhares de euros referente à estimativa de custos com a remuneração de férias e subsídio de férias e respetivos encargos, vencidos em 2025 e a liquidar em 2026. Da estimativa calculada consideramos que a mesma é adequada.

### Meios financeiros líquidos

À data de 31 de dezembro de 2025 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Disponibilidades	31/12/2025	31/12/2024
<b>Caixa</b>		
Caixa A	1 491,08	1 993,25
Fundos de Caixa	0,00	500,00
	<b>1 491,08</b>	<b>2 493,25</b>
<b>Depósitos à ordem</b>		
Caixa Geral de Depósitos	335 346,46	615 694,68
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	116 733,09	38 912,94
Banco BPI	122 035,62	85 290,52
	<b>574 115,17</b>	<b>739 898,14</b>
<b>Outros depósitos</b>		
Depósitos consignados	2 266 387,85	400 144,77
Depósitos de garantias e cauções	864 791,18	836 246,48
	<b>3 131 179,03</b>	<b>1 236 391,25</b>
<b>Total</b>	<b>3 706 786,28</b>	<b>1 978 782,64</b>

A caixa não funciona em sistema de fundo fixo. O Município cumpre com o disposto no artigo 54.º da norma de controlo interno (NCI) onde refere que o numerário existente em caixa não deve ultrapassar os 2.000,00 euros.

As reconciliações bancárias são feitas mensalmente, cumprindo o disposto do artigo 58.º da NCI.

Procedemos à confirmação externa de saldos do banco Caixa Geral de Depósitos com referência a 31 de dezembro de 2025, tendo-se obtida a sua resposta concordante.



## Diferimentos

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

Diferimentos	31/12/2025	31/12/2024
Gastos a reconhecer	23 537,92	37 719,31
Rendimentos a reconhecer	-12 751 973,93	-7 995 811,26
<b>Total</b>	<b>-12 728 436,01</b>	<b>-7 958 091,95</b>

Relativamente aos diferimentos salientamos o valor de 12.751 milhares de euros, que se refere a transferências e subsídios de capital obtidos com condições.

## Património/Capital

Os movimentos registados nesta rubrica no corrente exercício foram os seguintes:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	90 083 413,49			90 083 413,49
55 Reservas	0,00			0,00
551 Reservas Legais	11 753 546,43			11 753 546,43
552 Outras Reservas	0,00			0,00
56 Resultados Transitados	0,00			0,00
561 De períodos anteriores	-872 822,55	293 864,55	1 533 990,98	-2 112 948,98
564 Ajustamentos de transição para o SNC-AP	-1 552 656,33			-1 552 656,33
57 Ajustamentos em ativos financeiros	0,00			0,00
5713 Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	2 140 901,70		63 350,32	2 077 551,38
59 Outras variações no património líquido	0,00			0,00
593 Transferências e subsídios de capital	0,00			0,00
5931 Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables	10 196 392,53	2 049 696,61	851 214,98	11 394 874,16
5932 Transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciables	0,00			0,00
5939 Outras transferências e subsídios de capital	3 831 617,85	1 126 687,30		4 958 305,15
594 Doações obtidas	4 313 469,77	27 641,94		4 341 111,71
597 Transferências de ativos	0,00			0,00
599 Outras variações do património líquido	0,00			0,00
88 Resultado Líquido do Exercício	-1 189 554,59	1 928 462,01		738 907,42
<b>T O T A L</b>	<b>118 704 308,30</b>	<b>5 426 352,41</b>	<b>2 448 556,28</b>	<b>121 682 104,43</b>

Dos movimentos ocorridos salientamos:

- A transferência do resultado líquido do exercício negativo de 2024 no valor de 1.189 milhares de euros, para resultados transitados;
- O resultado líquido do exercício de 2025 é positivo em 738 milhares de euros;

De acordo com as contas a 31 de dezembro de 2025 a conta de património evidencia um saldo de 90.083.413,49 euros, o que corresponde a 62,99% do ativo.



### Financiamentos obtidos

A composição da rubrica, à data de 31 de dezembro de 2025.

O Município desagregou os empréstimos de médio e longo prazo, de acordo com a componente a pagar no curto prazo e no médio e longo prazo:

Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	31/12/2025	31/12/2024
<u>Componente a pagar no médio e longo prazo</u>		
AD&C - Empr M/L Prazo - Exig C/p - Excecionados		
BEI-Centro-07-2316-FEDER-000183 - Exig M/L P Estrutura Abandonada	49 044,46	54 855,60
BEI-Centro-02-0853-FEDER-000124 - Exig M/L P - Amplicação ZI Polo I	108 825,69	239 696,66
BEI-Centro-06-1406-FEDER-000058 - Requal. Estacionam. Lago do Mar	0,00	103 496,04
BEI-Centro-06-1203-FEDER-000129 - Reab Energética Piscina	68 486,49	141 315,04
BEI-Centro-03-5673-FEDER-000358 - Requalificação Escola	172 834,06	264 031,69
	<u>399 190,70</u>	<u>803 395,03</u>
<u>Componente a pagar no curto prazo</u>		
AD&C - Empr M/L Prazo - Exig C/p - Excecionados		
BEI-Centro-07-2316-FEDER-000183 - Exig M/L P Estrutura Abandonada	5 507,07	5 084,73
BEI-Centro-02-0853-FEDER-000124 - Exig M/L P - Amplicação ZI Polo I	130 285,14	18 404,89
BEI-Centro-06-1406-FEDER-000058 - Requal. Estacionam. Lago do Mar	0,00	8 251,72
BEI-Centro-06-1203-FEDER-000129 - Reab Energética da Piscina	5 382,46	9 625,61
BEI-Centro-06-5673-FEDER-000358 - Requalificação Escola	91 197,63	0,00
	<u>232 372,30</u>	<u>41 366,95</u>
<b>Total</b>	<b>631 563,00</b>	<b>844 761,98</b>

Financiamentos obtidos	31/12/2025	31/12/2024
<u>Componente a pagar no médio e longo prazo</u>		
<b>Empréstimos bancários</b>		
Caixa Geral de Depósitos, SA	1 745 945,95	1 090 137,15
Banco BPI, SA	1 338 835,36	1 441 439,78
AD&C - Agência para o Desenvolvimento e Coesão	399 190,70	803 395,03
<b>Total</b>	<b>3 483 972,01</b>	<b>3 334 971,96</b>

Financiamentos obtidos	31/12/2025	31/12/2024
<u>Componente a pagar no curto prazo</u>		
<b>Empréstimos bancários</b>		
Caixa Geral de Depósitos, SA	102 702,70	38 659,55
Banco BPI, SA	102 639,02	102 712,55
AD&C - Agência para o Desenvolvimento e Coesão	232 372,30	41 366,95
<b>Total</b>	<b>437 714,02</b>	<b>182 739,05</b>

Solicitamos ao Município o mapa de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal, onde analisámos a informação obtida comparando-a com o saldo evidenciado no balanço, não tendo sido encontradas discrepâncias.



## Fornecedores

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

Fornecedores	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores c/c	755 426,41	1 724 502,76
Fornecedores-Facturas em recepção e conferência	195 847,68	123 532,86
Fornecedores - sociedades de factoring	376 206,94	18 855,66
<b>Total</b>	<b>1 327 481,03</b>	<b>1 866 891,28</b>

Efetuámos a circularização de 77,72% dos saldos (o que corresponde a 9 fornecedores) à data de 31 de dezembro de 2025, tendo-se obtido 22,22% do saldo selecionado, ou seja, 2 fornecedores. Em relação aos pedidos que não obtivemos resposta efetuámos procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.

## Provisões

Provisões	31/12/2025	31/12/2024
Processos judiciais em curso	73 890,57	76 265,56
<b>Total</b>	<b>73 890,57</b>	<b>76 265,56</b>

No âmbito do processo de circularização junto do advogado que presta serviços ao Município obtivemos a resposta da sociedade Veiga e Moura & Associados, Sociedade de Advogados, RL. Estão a decorrer várias ações contra o Município sendo a probabilidade de este ser condenado baixa. A conta de provisões para riscos e encargos, em 2025 apresenta um saldo de 73 milhares de euros. Foi feita uma reversão de 7 milhares de euros referente ao processo n.º 328/23.1BECR e reconhecida uma provisão no valor de 5 milhares de euros referente ao processo n.º 157/25.8T8FIG.



### Análise económica e financeira

Da análise comparativa ao balanço e à demonstração de resultados, evidenciamos:

- As contas de ativo não corrente representam 87,70% do ativo do Município. Destas, a rubrica dos ativos fixos tangíveis, apresenta o maior peso (83,07%);
- Face ao período homólogo o ativo registou um acréscimo de 5,69%;
- O património líquido registou um aumento de 2,51% face ao exercício anterior, o que representa um aumento de 2.977 milhares de euros.
- O passivo registou um aumento de 28,41%, cerca de 4.718 milhares de euros.
- As principais rubricas de custos são os fornecimentos e serviços externos (33,13%), os gastos com o pessoal (41,75%) e as depreciações do exercício (16,30%). Face ao verificado no período homólogo os fornecimentos e serviços externos diminuíram 15,76% (987 milhares de euros), as depreciações do exercício aumentaram 8,25% (197 milhares de euros) e os gastos com o pessoal aumentaram 13,27% (779 milhares de euros);
- Face ao ano anterior o resultado líquido negativo sofreu um desagravamento de 1.928 milhares de euros. No ano anterior o resultado foi negativo em 1.189 milhares de euros.



#### IV. Principais rácios financeiros

Em termos financeiros, passamos a evidenciar a evolução do Município:

Indicadores		2025	2024	Varição	
Equilíbrio de curto prazo	Liquidez Geral	Ativo Corrente	17 591 075,23	11 865 248,46	
			104,63%	96,77%	8,13%
		Passivo Corrente	16 811 846,89	12 261 555,06	
	Liquidez Reduzida	Ativo Corrente - inventários	17 576 569,35	11 850 742,58	
			104,55%	96,65%	8,17%
		Passivo Corrente	16 811 846,89	12 261 555,06	
Liquidez imediata	Caixa e Depósitos	3 706 785,28	1 978 782,64		
		22,05%	16,14%	36,62%	
	Passivo Corrente	16 811 846,89	12 261 555,06		
Imobilizações	Indicador das imobilizações I	Capitais permanentes	126 199 413,93	123 053 572,92	
			100,62%	99,68%	0,95%
		Imobilizado líquido	125 420 185,59	123 449 879,52	
	Indicador das imobilizações II	Capitais alheios de c p (*)	4 059 872,96	4 265 743,80	
		3,24%	3,46%	-6,32%	
	Imobilizado líquido	125 420 185,59	123 449 879,52		
Endividamento	Endividamento	Passivo	21 329 156,39	16 610 819,68	
			14,91%	12,28%	21,50%
		Ativo Líquido	143 011 260,82	135 315 127,98	
	Estrutura de endividamento I	Dívidas de MLP	4 517 309,50	4 349 264,62	
			21,18%	26,18%	-19,11%
		Passivo	21 329 156,39	16 610 819,68	
	Estrutura de endividamento II	Dívida financeira de MLP	3 483 972,01	3 334 971,96	
			16,33%	20,08%	-18,64%
	Passivo	21 329 156,39	16 610 819,68		
Estrutura de endividamento III	Dívidas de CP	16 811 846,89	12 261 555,06		
		78,82%	73,82%	6,78%	
	Passivo	21 329 156,39	16 610 819,68		

(\*) sem diferimentos

Os rácios de liquidez registaram uma melhoria face ao ano anterior.



## Análise à execução orçamental

A análise da execução orçamental com referência ao período em apreço é realizada comparando os montantes executados com o orçamento anual.

Com referência a 31 de dezembro de 2025 a execução orçamental do Município pode ser analisada como se segue:

EXECUÇÃO DE DESPESA	2025		2024	EXECUÇÃO DE RECEITA	2025		2024
	Valor	%	%		Valor	%	%
DESPESAS CORRENTES	15 981 452	86,42%	86,54%	RECEITA CORRENTE	16 125 047	94,71%	86,85%
DESPESAS CAPITAL	8 890 228	57,86%	74,93%	RECEITA CAPITAL	7 751 374	69,33%	93,64%
<b>TOTAL</b>	<b>24 871 679</b>	<b>76,21%</b>	<b>83,79%</b>	OUTRAS RECEITAS	995 259	99,99%	99,93%
				<b>TOTAL</b>	<b>24 871 679</b>	<b>87,01%</b>	<b>88,56%</b>

Em termos globais e aritméticos, a execução orçamental do Município de Mira com referência a 31 de dezembro de 2025, apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total (87,01%) é superior à execução da despesa total (76,21%). Face ao ano anterior a execução das despesas registou um desagravamento nas despesas de capital e um agravamento nas despesas corrente, embora neste último caso muito ligeiro. No caso da receita verifica-se que a taxa de execução das receitas correntes e das outras receitas aumentou, enquanto a taxa de execução das receitas de capital diminuiu.

Com efeito, chama-se a atenção que para efeitos do n.º 3 do Art.º 56 da lei 73/2013 de 3 de setembro, caso o Município presente em dois anos consecutivos uma taxa de execução de receita inferior a 85% do previsto no orçamento são desencadeados os mecanismos de alerta definidos naquele artigo. No ano de 2024 a taxa de execução da receita foi de 88,56%.

### 4.1. Controlo orçamental da receita

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2025, a receita executada ficou abaixo do orçamento efetuado (desvio de -3.231.298 euros, -12,99%).

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	31 de dezembro de 2025				
	PREVISÃO CORRIGIDA	RECEITA COBRADA LIQUIDA	GRAU DE EXEC.		PESO %
			2025	2024	
01 Impostos diretos	3 798 214	3 721 067	97,97%	97,45%	17,20%
04 Taxas, multas e outras penalidades	830 039	740 567	89,22%	75,15%	3,42%
05 Rendimentos da propriedade	65 032	57 752	88,81%	86,94%	0,27%
06 Transferências correntes	8 634 479	8 296 168	96,08%	90,00%	38,34%
07 Venda de bens e serviços correntes	2 764 379	2 434 211	88,06%	69,69%	11,25%
08 Outras receitas correntes	32 903	21 765	66,15%	93,97%	0,10%
<b>TOTAL RECEITAS CORRENTES .....</b>	<b>16 125 047</b>	<b>15 271 530</b>	<b>94,71%</b>	<b>86,85%</b>	<b>70,57%</b>
09 Venda de bens de investimento	11 430	4 736	41,43%	31,35%	0,02%
10 Transferências de capital	6 968 740	4 597 731	65,98%	96,27%	21,25%
12 Passivos financeiros	771 203	771 203	100,00%	95,01%	3,56%
<b>TOTAL RECEITAS DE CAPITAL .....</b>	<b>7 751 374</b>	<b>5 373 669</b>	<b>69,33%</b>	<b>93,64%</b>	<b>24,83%</b>
15 Rep. não abatidas nos pagamentos	1 510	1 433	94,89%	67,37%	0,01%
16 Saldo da garantia anterior	993 749	993 749	100,00%	100,00%	4,59%
<b>TOTAL OUTRAS RECEITAS .....</b>	<b>995 259</b>	<b>995 182</b>	<b>99,99%</b>	<b>99,93%</b>	<b>4,60%</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>24 871 679</b>	<b>21 640 381</b>	<b>87,01%</b>	<b>88,56%</b>	<b>100,00%</b>



As receitas com maior peso contempladas no orçamento são essencialmente as transferências correntes (representam 38,34% do total das receitas), os impostos diretos (que representam 17,20% do total de receitas), as vendas de bens e serviços correntes (que representam 11,25% do total de receitas), e as transferências de capital (que representam 21,25% do total de receitas). Podemos também verificar que nenhuma receita acima do montante orçamentado. Com exceção dos passivos financeiros.

A taxa de execução das receitas correntes, em comparação com o período homólogo, teve uma variação positiva de 7,86 pontos percentuais, as receitas de capital registaram uma evolução negativa de 24,31 pontos percentuais. No global a taxa de execução da receita teve uma variação negativa de 1,55 pontos percentuais.

No quadro seguinte podemos constatar as componentes das receitas que mais contribuíram para o desvio entre as receitas previstas e as receitas arrecadadas:

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	2025		2024	
	Verbas não executadas	Peso no desvio total	Verbas não executadas	Peso no desvio total
<b>01 Impostos diretos</b>	-77 147,29	2,39%	-76 118,33	3,19%
<b>02 Impostos indiretos</b>	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>04 Taxas, multas e outras penalidades</b>	-89 471,64	2,77%	-164 266,87	6,88%
<b>05 Rendimentos da propriedade</b>	-7 279,86	0,23%	-6 992,67	0,29%
<b>06 Transferências correntes</b>	-338 311,46	10,47%	-921 050,11	38,59%
<b>07 Venda de bens e serviços correntes</b>	-330 168,63	10,22%	-974 473,65	40,83%
<b>08 Outras receitas correntes</b>	-11 137,99	0,34%	-18 516,92	0,78%
<b>09 Venda de bens de investimento</b>	-6 694,50	0,21%	-76 788,00	3,22%
<b>10 Transferências de capital</b>	-2 371 009,85	73,38%	-66 608,64	2,79%
<b>12 Passivos financeiros</b>	0,00	0,00%	-82 080,64	3,44%
<b>Total das rubricas</b>	<b>-3 231 221,22</b>	<b>100,00%</b>	<b>-2 386 895,83</b>	<b>100,00%</b>

se (-) não executado, se (+) executado a mais  
não tem em atenção as outras receitas

A análise do quadro supra permite-nos concluir que as transferências correntes, as vendas de outros bens e serviços correntes e a transferência de capital contribuem com cerca de 94% para o desvio.



#### 4.2. Controlo orçamental da despesa

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2025, a despesa executada ficou abaixo do orçamento efetuado em (desvio de -5.917.230 euros, -23,79%).

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	31 de dezembro de 2025				
	DOTAÇÃO CORRIGIDA	DESPESA PAGA	GRAU DE EXEC.		PESO DE N %
			2025	2024	
01 Despesas com o pessoal	6 733 480	6 655 341	98,84%	99,04%	35,11%
02 Aquisição de bens e serviços	7 864 643	5 993 341	76,21%	75,74%	31,62%
03 Juros e outros encargos	211 338	171 206	81,01%	79,83%	0,90%
04 Transferências correntes	1 144 976	971 505	84,85%	95,59%	5,13%
06 Outras despesas correntes	27 014	19 507	72,21%	86,12%	0,10%
<b>TOTAL DESPESAS CORRENTES .....</b>	<b>15 981 452</b>	<b>13 810 901,23</b>	<b>86,42%</b>	<b>86,54%</b>	<b>72,86%</b>
07 Aquisição de bens de capital	8 387 714	4 713 549	56,20%	69,66%	24,87%
08 Transferências de capital	131 274	60 484	46,07%	97,61%	0,32%
09 Ativos financeiros	3	0	0,00%	0,00%	0,00%
10 Passivos financeiros	367 236	367 228	100,00%	97,18%	1,94%
11 Outras despesas de capital	4 000	2 288	57,20%	24,05%	0,01%
<b>TOTAL DESPESAS DE CAPITAL .....</b>	<b>8 890 228</b>	<b>5 143 548,37</b>	<b>57,86%</b>	<b>74,93%</b>	<b>27,14%</b>
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>24 871 679</b>	<b>18 954 449,60</b>	<b>76,21%</b>	<b>83,79%</b>	<b>100,00%</b>

As despesas com maior peso contempladas no orçamento são as aquisições de bens e serviços (representam 31,62% do total das despesas), as despesas com o pessoal (representam 35,11% do total das despesas), e as aquisições de bens de capital (representam 24,87% do total das despesas).

Podemos verificar que nenhuma despesa ficou acima do montante orçamentado, com exceção dos passivos financeiros.

As despesas correntes e as despesas de capital tiveram um grau de execução de 86,42% e de 57,86% respetivamente, o que face ao período homólogo representa um agravamento de 0,12 pontos percentuais em relação às primeiras e um agravamento de 17,07 pontos percentuais em relação às segundas. No global a taxa de execução da despesa apresentou um agravamento de 7,58 pontos percentuais.

A poupança corrente foi de 1.460.629 euros.



#### 4.3. Rácios orçamentais

Os principais rácios orçamentais são:

Indicadores	2025		2024		Varição	Observações
Receita líquida total	21 640 380,92		18 473 194,23			
		114,17%		105,69%	8,03%	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
Despesa total paga	18 954 449,60		17 479 445,29			
Receita corrente	15 271 529,84		14 268 404,46			
		70,57%		77,24%	-8,63%	Mede o peso das receitas correntes no total de receitas cobradas
Receita total	21 640 380,92		18 473 194,23			
Receita corrente	15 271 529,84		14 268 404,46			
		110,58%		103,56%	6,77%	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas
Despesa correntes	13 810 901,23		13 777 534,43			
Impostos diretos	3 721 066,74		2 906 525,67			
		24,37%		20,37%	19,62%	Mede o peso dos impostos diretos no total de receitas correntes
Receita corrente	15 271 529,84		14 268 404,46			
Receita de capital	5 373 669,31		3 317 773,91			
		24,83%		17,96%	38,26%	Mede o peso das receitas de capital no total das receitas cobradas
Receita total	21 640 380,92		18 473 194,23			
Receita de capital	5 373 669,31		3 317 773,91			
		104,47%		89,62%	16,57%	Mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas de capital pagas
Despesa de capital	5 143 548,37		3 701 910,86			
Despesa corrente	13 810 901,23		13 777 534,43			
		72,86%		78,82%	-7,56%	Mede o peso da despesa corrente no total de despesa paga
Despesa total	18 954 449,60		17 479 445,29			
Despesa de capital	5 143 548,37		3 701 910,86			
		27,14%		21,18%	28,13%	Mede o peso da despesa de capital no total de despesa paga
Despesa total	18 954 449,60		17 479 445,29			
Despesas rígidas	7 193 775,85		6 727 668,75			
		37,95%		38,49%	-1,39%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos e os passivos financeiros no total da despesa paga
Despesa total	18 954 449,60		17 479 445,29			
Despesas rígidas	7 193 775,85		6 727 668,75			
		33,24%		36,42%	-8,72%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos e os passivos financeiros no total da receita
Receitas totais	21 640 380,92		18 473 194,23			
Aquisição de bens de capital	4 713 548,79		2 696 758,39			
		24,87%		15,43%	61,18%	Mede o peso das despesa com aquisição de bens de capital no total da despesa paga
Despesa total	18 954 449,60		17 479 445,29			

O rácio da receita líquida total/despesa total paga apresenta-se equilibrado, ou seja, as receitas totais disponíveis são superiores às despesas totais pagas.



#### 4.4. Principais indicadores orçamentais

Os principais indicadores orçamentais são:

Indicadores	2025	2024	Varição	Observações
Poupança corrente	1 460 628,61	490 870,03	969 758,58 197,56%	
Taxa das receitas orçamentadas e não cobradas	12,99%	11,45%	13,52%	Caso a taxa de execução da receita seja baixa (<90%), estamos perante uma prática de empolamento da previsão das receitas orçamentais. A diferença entre as receitas orçamentadas e as receitas cobradas permite a realização de despesas no referido montante, sem que para tal haja disponibilidades financeiras.
Desfasamento entre a receita orçamentada e a receita cobrada	-3 231 298,39	-2 387 548,77	-843 749,62	
Equilíbrio orçamental corrente	110,58%	103,56%	6,77%	
Equilíbrio orçamental em sentido formal	114,17%	105,69%	8,02%	É normal existir equilíbrio financeiro em sentido formal, i.e., as receitas totais disponíveis são superiores às despesas totais pagas. Quando não existe equilíbrio orçamental em sentido substancial, indicia que o Município perde a capacidade para fazer face, de uma forma atempada, aos compromissos de curto prazo perante terceiros.
Equilíbrio orçamental em sentido substancial	93,20%	87,35%	6,69%	

Pelo quadro supra podemos constatar que a poupança corrente (calculada com base na receita cobrada líquida) apresenta-se positiva, registando uma melhoria de 197,56% (1.460 milhares de euros) face ao ano anterior.

Em 2025 as receitas cobradas foram inferiores às receitas orçamentadas em 3.231 milhares de euros, enquanto em 2024, as receitas cobradas face às receitas orçamentadas apresentaram um défice de 2.387 milhares de euros. Ou seja, há um agravamento de cerca de 843 milhares de euros, face ao verificado no ano anterior.

O orçamento do Município apresenta equilíbrio financeiro em sentido formal e em sentido substancial.



## V. Pagamentos em atraso, fundos disponíveis e Dívida total

O Município terminou o exercício de 2025 sem pagamentos em atraso.

O cálculo do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) definida nos termos do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, de 13 de abril, o Município apresenta no final de 2025 um PMP de 50 dias, segundo o cálculo da DGAL, o que não ultrapassa o limite estipulado por lei de 90 dias.

O n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06 determina que os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis, ou seja, a assunção de compromissos não pode ser superior aos fundos disponíveis e a execução orçamental não pode conduzir em qualquer momento, a um aumento de pagamentos em atraso.

Verificámos que o Município não está obrigado a reportar o mapa de fundos disponíveis, de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 128.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2025), mas mantém tal reporte mensal à DGAL.

Ainda assim se informa que de acordo com o n.º 8 do referido artigo, a aferição da exclusão a que se refere o parágrafo anterior é da responsabilidade das autarquias locais, produzindo efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites.

Dado que o Município não tem pagamentos em atraso, a 31/12/2024 face a setembro 2023, não se aplica a disposição prevista no n.º 7 do artigo 128.º do Orçamento de Estado de 2025, isto é, obrigação de reporte dos fundos disponíveis.

De acordo com o artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média receita corrente líquida cobrada dos três últimos exercícios) devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira. O recurso facultativo ou obrigatório a um daqueles mecanismos deve ser da seguinte forma:

	Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios	Saneamento Financeiro	Situação do Município	Recuperação Financeira	Situação do Município	Legislação
1	$\geq 1$ e $\leq 1,5$	FACULTATIVO	-	-	-	art. 58º, nº22
2	$> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos)	OBRIGATÓRIO	NÃO	-	-	art. 58º, nº1, b)
3	$> 1,5$ e $< 2,25$	OBRIGATÓRIO	NÃO	-	-	art. 58º, nº1, a) e nº3
4	$\geq 2,25$ e $\leq 3$	OBRIGATÓRIO	NÃO	FACULTATIVO	NÃO	art. 58º, nº 3
5	$> 3$	-	-	OBRIGATÓRIO	NÃO	art. 61º, nº2

A 31 de dezembro de 2025 o Município não se encontra em situação passível de recurso a um dos mecanismos de recuperação financeira referidos no artigo 57.º da mesma Lei.



MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50 000 € \* S R O C. nº 176 \* CMVM nº 20161478



<b>Limite à dívida total</b>	
<b>Receita corrente cobrada nos últimos três anos</b>	<b>Montante</b>
2022	11 269 229
2023	12 301 589
2024	14 268 404
<b>Total</b>	<b>37 839 223</b>
<hr/>	
<b>Média</b>	<b>12 613 074</b>
<hr/>	
<b>Limite à dívida total das operações orçamentais</b> (1,5 x (RCL N-1 + RCL N-2 + RCL N-3))	<b>18 919 611</b>
<hr/>	
Dívida total (excluindo dívidas não orçamentais)	6 444 994
Margem absoluta	12 474 618
Margem utilizável (40%)	4 989 847

O limite da dívida é de 18.919 milhares de euros, sendo a dívida total, excluindo as dívidas não orçamentais de 6.444 milhares de euros.

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Dívida total	6 719 025	6 627 782
Dívida do art. 54º relevante para a dívida total	746 822	810 418
Dívidas não orçamentais	1 020 854	985 052
Dívida total (excluindo dívidas não orçamentais)	<b>6 444 994</b>	<b>8 423 252</b>
Margem absoluta	<b>12 474 618</b>	<b>10 443 026</b>
Margem Disponível	<b>4 989 847</b>	<b>4 177 210</b>
Redução do montante em excesso	-	-
Aumento do endividamento	<b>-1 978 258</b>	<b>-478 835</b>
Só aumentou até 40% da margem disponível no início do exercício?	<b>na</b>	<b>na</b>
Dívida Total vs Média da Receita Líquida cobrada últ. 3 anos.	<b>0,51</b>	<b>0,57</b>

Face ao verificado a 31 de dezembro de 2024 a dívida total diminuiu 1.978 milhares de euros, sendo a margem do Município de 4.989 milhares de euros.

Segundo informações obtidas junta da DGAL é entendimento da Direção-Geral que o valor da dívida da ANMP não releva para efeitos de limite da dívida total, previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 72/2013 de 3 de setembro.




O artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro refere que "Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas...sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita bruta corrente cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.". Em relação à ABMG foi efetuada a transferência para a cobertura de prejuízos pelo que não releva para efeitos de endividamento.

Pelo quadro infra podemos verificar que o Município de Mira cumpre o disposto no referido artigo.

2025	Montante
(1) Valor das receitas correntes <b>brutas</b>	14 306 935,37
(2) Despesa corrente	13 777 534,43
(3) Amortizações médias dos empréstimos	212 374,14
<b>TOTAL (1) - (2) - (3)</b>	<b>317 026,81</b>
Equilíbrio orçamental (art. 40.º da Lei 73.º/2013 de 3/09)	<b>SIM</b>

Cumpre-nos ainda referir, que se encontra em conformidade o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2025 e que não tivemos, ao longo do período de desempenho das funções de fiscalização, conhecimento de quaisquer factos ou situações que mereçam reparo destacável à sua expressa divulgação, pois tudo se encontra divulgado no Anexo.

Coimbra, 27 de abril de 2026

  
José Joaquim Marques de Almeida  
(ROC n.º 571, inscrito na CMVM sob o n.º 20160230)  
Em representação de:  
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.



### ANEXO I

ATIVO	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Dez.25/Dez.2024)	
	31/12/2024	31/12/2025	Valor	%
<b>ATIVO</b>				
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>				
Ativos fixos tangíveis	116 995 801	118 798 359	1 802 558	1,54%
Propriedades de investimento	1 392 000	1 543 169	151 169	10,86%
Ativos intangíveis	40 935	95 159	54 224	132,46%
Participações Financeiras	5 021 144	4 983 499	(37 645)	-0,75%
<b>Sub Total</b>	<b>123 449 880</b>	<b>125 420 186</b>	<b>1 970 306</b>	<b>1,60%</b>
<b>ATIVO CORRENTE</b>				
Inventários	14 506	14 506	0	0,00%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	6 315 607	9 980 913	3 665 306	58,04%
Clientes, contribuintes e utentes	188 451	224 506	36 055	19,13%
Estado e outros entes públicos	62 302	31 938	(30 364)	-48,74%
Outras contas a receber	3 267 880	3 608 888	341 008	10,44%
Diferimentos	37 719	23 538	(14 181)	-37,60%
Caixa e depósitos	1 978 783	3 706 785	1 728 003	87,33%
<b>Sub Total</b>	<b>11 865 248</b>	<b>17 591 075</b>	<b>5 725 827</b>	<b>48,26%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>135 315 128</b>	<b>143 011 261</b>	<b>7 696 133</b>	<b>5,69%</b>

PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Dez.25/Dez.2024)	
	31/12/2024	31/12/2025	Valor	%
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>				
Património/Capital	90 083 413	90 083 413	0	0,00%
Reservas	11 753 546	11 753 546	0	0,00%
Resultados transitados	-2 425 479	-3 665 605	(1 240 126)	51,13%
Ajustamentos em ativos financeiros	2 140 902	2 077 551	(63 350)	-2,96%
Outras variações no património líquido	18 341 480	20 694 291	2 352 811	12,83%
Resultado líquido do período	-1 189 555	738 907,42	1 928 462	-162,12%
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>118 704 308</b>	<b>121 682 104,43</b>	<b>2 977 796</b>	<b>2,51%</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>				
Provisões	76 266	73 891	(2 375)	-3,11%
Financiamentos obtidos	3 334 972	3 483 972	149 000	4,47%
Outras contas a pagar	938 027	959 447	21 420	2,28%
<b>Sub Total</b>	<b>4 349 265</b>	<b>4 517 310</b>	<b>168 045</b>	<b>3,86%</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	8 377	0	(8 377)	-100,00%
Fornecedores	1 866 891	1 327 481	(539 410)	-28,89%
Estado e outros entes públicos	113 871	130 121	16 251	14,27%
Financiamentos obtidos	182 739	437 714	254 975	139,53%
Fornecedores de investimentos	980 342	949 778	(30 564)	-3,12%
Outras contas a pagar	1 113 524	1 214 779	101 255	9,09%
Diferimentos	7 995 811	12 751 974	4 756 163	59,48%
<b>Sub Total</b>	<b>12 261 555</b>	<b>16 811 847</b>	<b>4 550 292</b>	<b>37,11%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>16 610 820</b>	<b>21 329 156</b>	<b>4 718 337</b>	<b>28,41%</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>	<b>135 315 128</b>	<b>143 011 261</b>	<b>7 696 133</b>	<b>5,69%</b>



ANEXO II

RENDIMENTOS E GASTOS	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Dez.25/Dez.24)	
	31/12/2024	31/12/2025	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	3 626 305	4 591 923	965 618	26,63%
Vendas	18 609	5 303	-13 306	-71,50%
Prestações de serviços e concessões	2 168 813	2 529 306	360 493	16,62%
Transferências e subsídios correntes obtidos	8 369 075	8 366 303	-2 772	-0,03%
Rendimentos /gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	69 001	25 705	-43 296	-62,75%
Fornecimentos e serviços externos	-6 265 419	-5 278 156	987 263	-15,76%
Gastos com pessoal	-5 871 236	-6 650 472	-779 237	13,27%
Transferências e subsídios concedidos	-1 396 693	-1 039 833	356 860	-25,55%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-5 425	-6 154	-729	13,45%
Provisões (aumentos/reduções)	-76 266	2 375	78 641	-103,11%
Outros rendimentos e ganhos	1 041 735	1 180 158	138 423	13,29%
Outros gastos e perdas	-186 548	-232 148	-45 600	24,44%
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>1 491 952</b>	<b>3 494 310</b>	<b>2 002 359</b>	<b>134,21%</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-2 398 773	-2 596 620	(197 847)	8,25%
<b>Resultados Operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>-906 822</b>	<b>897 690</b>	<b>1 804 512</b>	<b>-198,99%</b>
Juros e gastos similares suportados	-282 733	-158 783	123 950	-43,84%
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>-1 189 555</b>	<b>738 907</b>	<b>1 928 462</b>	<b>-162,12%</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-1 189 555</b>	<b>738 907</b>	<b>1 928 462</b>	<b>-162,12%</b>